

SUSTENTABILIDADE COMO VALOR SOCIAL? Ensaio para a proposição de um conceito de valor social à luz do interacionismo simbólico.

RESUMO

A preocupação com a sustentação dos recursos naturais não é algo novo. Porém, o aprofundamento do capitalismo mediante a globalização dos mercados e o crescimento da população mundial forçaram o aparecimento de um termo específico, *sustainability*, que tem sido interpretado de diferentes formas pelos mais diversos atores sociais, individuais e coletivos, e gerado diferentes tipos de ação em sua direção. Neste artigo nos propomos a discutir sustentabilidade como um valor social, ou seja, algo que adquiriu significado ao longo do tempo e que se tornou objeto de ação de diferentes grupos de agentes sociais. Buscando na tradição interacionista simbólica, situada na vertente sociológica da psicologia social, este artigo revisita o conceito de valor social de Thomas e Znaniecki e, considerando as três versões da tradição interacionista, propõe sua atualização de modo a promover o diálogo micro-macro no processo de significação da sustentabilidade. Dessa forma, evidenciamos que tanto a agência quanto as estruturas sociais presentes nessa dinâmica micro-macro podem levar ao fortalecimento da sustentabilidade enquanto valor social, bem como ao seu abandono.

Palavras-chave: valor social, interacionismo simbólico, sustentabilidade

1. INTRODUÇÃO

Relatórios e pesquisas desenvolvidos nas últimas décadas (e.g.: IPCC, 2007; SILVERWOOD-COPE; VILLARROEL; SERKEIS; KAMBER, 2011; IPCC, 2014; GREENPEACE BRASIL, 2016; WWF BRASIL, 2018) têm confirmado um diagnóstico preocupante sobre a vida no planeta. Dentre os problemas ambientais apontados por essas publicações destacam-se as mudanças climáticas. Todavia, os problemas ambientais decorrentes da relação homem-natureza, que colocam em pauta um debate permanente entre desenvolvimento humano e escassez de recursos naturais, remontam a tempos muito antigos. De acordo com Du Pisani (2006), a demanda por matérias-primas e seu impacto no meio ambiente têm sido uma questão constante ao longo da história, mesmo em antigas civilizações, como a egípcia, a mesopotâmica, a grega e a romana, em que ocorreram relatos de desmatamento, salinização e perda de fertilidade do solo.

Sobre essa ideia tão importante da falta de cuidado com os recursos naturais, muito debatida na atualidade, várias propostas (ou seriam alertas?) foram elaboradas ao longo dos séculos em distintas sociedades ocidentais empregando-se diferentes termos. A palavra ‘sustentável’ em alemão foi usada pela primeira vez por Hans Carl von Carlowitz, em *Sylvicultura Oeconomica*. Carlowitz sugeriu o *nachhaltende nutzung* (uso sustentável) de recursos florestais, em 1713, o que implicava manter um equilíbrio entre a colheita de árvores antigas e a garantia de que haveria árvores jovens para substituí-las, para não trazer consequências negativas às futuras gerações. O uso excessivo de madeira no século XVIII e a iminência de escassez, no contexto alemão, estimulou o uso responsável dos recursos naturais em favor das gerações presentes e futuras (DU PISANI, 2006), pensamento muito semelhante ao que está por trás da definição de desenvolvimento sustentável constante no Relatório Brundtland, criado somente em 1987, relativo ao desenvolvimento “que atende às necessidades

do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 40).

Sem mencionar com precisão, Du Pisani (2006) localiza que as palavras, em holandês, *duurzaamheid* (sustentabilidade) e *duurzaam* (sustentável), bem como termos equivalentes, tal qual a palavra durável em francês (*durabilité*), têm sido usados por séculos. Finalmente, à medida que o modelo socioeconômico capitalista foi se desenvolvendo nas sociedades modernas, com profundas consequências para o meio ambiente, o reconhecimento de que os recursos naturais não seriam inesgotáveis, na segunda metade do século XX, resultou no aparecimento dos termos 'sustentável' (*sustainable*) e 'sustentabilidade' (*sustainability*), no *Oxford English Dictionary* (1989) (DU PISANI, 2006). A palavra 'sustentável', nesse dicionário inglês foi definida como um adjetivo, “1. *Capable of being borne or endured; supportable, bearable.* 2. *Capable of being upheld or defended; maintainable.* 3. *Capable of being maintained at a certain rate or level*”¹ (SIMPSON; WEINER, 1989). Entretanto, não há um significado preciso para a palavra *sustainability* na mesma fonte. No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS; VILLAR, 2001), bem como no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010), a palavra sustentabilidade significa “qualidade de sustentável” (FERREIRA, 2010, p. 1989), o que nos leva a crer que o termo sustentabilidade tem sido empregado como menção à capacidade ou habilidade de sustentar no sentido da preservação dos recursos naturais para a continuidade da civilização na Terra (e mesmo fora dela).

Com o passar do tempo, muitas vozes (diversos agentes sociais, organizações e a própria academia) passaram a orbitar e discutir o conceito de sustentabilidade, sobretudo a partir da década de 1960, quando os efeitos negativos do capitalismo se tornavam cada vez mais agudos (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFER, 2012). Uma primeira iniciativa de denúncia ambiental, que ganhou notória visibilidade, foi o livro *Silent Spring* da bióloga Rachel Carson (1962), ao expor os males dos pesticidas usados nas plantações dos Estados Unidos (PIGA; MANSANO, 2015). De lá para cá, organizações não governamentais (ONGs) como WWF e Greenpeace surgiram e organismos internacionais, principalmente órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), se envolveram em torno do conceito de sustentabilidade, derivando outros termos, como o já mencionado “desenvolvimento sustentável”, comumente utilizados como sinônimos (SARTORI; DA SILVA; CAMPOS, 2014).

As discussões foram se ampliando e envolveram as nações e seus representantes em diversas conferências internacionais (Rio-92, Rio+10 e Rio+20). No entanto, observa-se com preocupação o não comprometimento de alguns países com ações sustentáveis efetivas, como no caso do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que retirou os EUA do acordo de Paris, a 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (AHRENS, 2017). O governo brasileiro, por sua vez, retirou a candidatura para sediar a COP-25, em 2019. Essa decisão, para os grupos ambientalistas, deixou claro que as questões ambientais não são prioridades na agenda do governo encabeçado pelo presidente Jair Bolsonaro (“APÓS DESISTÊNCIA DO BRASIL, CHILE VAI SEDIAR COP-25”, 2018), a exemplo da elevação das queimadas na Amazônia (BRANDALISE, 2019). Mesmo assim, outros agentes sociais como empresários e membros da academia (principalmente economistas) vem se mobilizando ao longo do tempo, muitas vezes em conjunto, outras vezes a partir de um olhar crítico (e.x.: SHRIVASTAVA, 1994; BANERJEE, 2003, 2008; MARTÍNEZ-ALIER ET. AL, 2014; LEFF, 2015).

Como observaram Calixto e Prados (2008), apesar do conceito de desenvolvimento sustentável ter sido formulado e publicado com o trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMDE), em 1987, essa noção evoluiu “paralelamente ao desenvolvimento humano científico e tecnológico, admitindo múltiplas interpretações, mantendo-se progressivamente como um quadro de intenções já que, na prática, ainda não podemos falar de um modelo acabado” (CALIXTO; PRADOS, 2008, p. 182).

Portanto, sustentabilidade, entendida enquanto um conceito em construção, admite entendimentos, posicionamentos e ações diferentes em relação a ela, o que nos motiva a defendê-la como um valor social. Um valor social foi primeiramente definido dentro da tradição do interacionismo simbólico da psicologia social sociológica (STRYKER, 1977; TORREGROSA, 2004; ÁLVARO; GARRIDO, 2017) como “qualquer dado que tenha um conteúdo empírico acessível para os membros de um grupo social, e um significado com respeito ao que seja ou possa ser objeto de atividade” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 110)², significado esse que deve ser compartilhado pelo grupo.

De modo a abarcar os diferentes agentes imbricados nessa discussão, que se encontram tanto no nível macro (ex.: ONU), quanto no nível micro (ex.: grupos independentes de ativistas), neste ensaio teórico desenvolvemos um conceito de valor social considerando as três diferentes versões da tradição interacionista simbólica, denominadas de Versão Tradicional, Versão Contemporânea e Versão Estrutural (STRYKER, 1980), que poderá ajudar a compreender o processo de significação de um conceito (como o de sustentabilidade) em diferentes níveis e em diferentes estruturas sociais.

Assim, o objetivo geral deste ensaio teórico é resgatar o conceito de valor social presente na versão tradicional do interacionismo simbólico, onde foi inicialmente proposto, e discuti-lo na atualidade considerando a versão estrutural do pensamento interacionista, possibilitando a análise de conceitos como o de sustentabilidade a partir de um diálogo micro-macro.

Na sequência, apresentaremos as diferenças entre as duas vertentes que focalizaram o tema valores, discutiremos especificamente a origem do conceito de valor social e defenderemos, a partir da tradição interacionista simbólica, um conceito de valor social que nos permite olhar para o conceito de sustentabilidade de forma sociologicamente abrangente.

2. OS VALORES NA PSICOLOGIA SOCIAL

A palavra valor está presente na vida cotidiana, é usada em diversas situações e contém vários significados. Como substantivo, valor é registrado no *Compact Oxford English Dictionary*, em 1303, para se referir à imparcialidade e equivalência da quantidade de uma mercadoria em uma troca, e em 1398, para significar um padrão de estimativa (ROHAN, 2000). Enquanto verbo, o uso da palavra valor é registrado também no início do século XIV, para descrever o ato de avaliar uma mercadoria (ROHAN, 2000). Para Kluckhohn (1951), antropólogo norte-americano, a palavra valor é um termo técnico empregado em várias áreas de conhecimento tais como filosofia, economia, artes, sociologia, psicologia e antropologia, significando coisas diferentes (ADLER, 1956).

A maior parte dos estudos sobre valores concentram-se na psicologia social (ROS, 2001) que se divide em psicologia social psicológica e psicologia social sociológica (STRYKER, 1977; TORREGROSA, 2006; ÁLVARO; GARRIDO, 2017). Em cada uma delas, encontramos definições para o construto.

Na psicologia social psicológica, valores encontram-se nos indivíduos, ou seja, são intrasubjetivos (ROKEACH, 1973). Os valores nessa acepção são fruto da cognição humana, portanto, surgem e se constroem de dentro para fora (ÁLVARO; GARRIDO, 2017), tendo suas raízes nas necessidades humanas. Dois autores influentes em estudos de valores na vertente psicológica são Rokeach (1969; 1973) e Schwartz (1992; 1994; 2005; 2012). Rokeach (1973) define um valor como “uma crença persistente de que um modo específico de conduta ou estado final de existência é pessoalmente ou socialmente preferível a um modo de conduta ou estado final de existência oposto” (p. 5). Schwartz (1994) traz à tona as motivações humanas como conteúdo substantivo dos valores, ao considerá-los “metas desejáveis e transituacionais, que variam em importância, servem como princípios na vida de uma pessoa ou de outra entidade

social” (p.21). A partir de uma ótica evolucionista, os tipos motivacionais são comuns a todos os indivíduos, em qualquer sociedade, diferenciando-se apenas em termos de hierarquia (SCHWARTZ, 1992).

Por outro lado, ligados à psicologia social sociológica, pesquisadores da chamada Escola de Chicago exerceram enorme influência sobre os estudos sociais produzidos no início do século XX, por meio de uma tradição intelectual denominada interacionismo simbólico (ÁLVARO; GARRIDO, 2017) que também trataram de valores. Aqui, no entanto, os valores são denominados sociais, localizados nos objetos (ROKEACH, 1973) devido a um processo de significação que ocorre por meio de interação social (ÁLVARO; GARRIDO, 2017), o que os caracteriza como extra e intersubjetivos.

Para os interacionistas simbólicos, o significado é um dos mais importantes elementos na compreensão do comportamento humano, das interações e dos processos sociais (FINE, 2005). Em *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*, Blumer (1969) estabelece três premissas básicas do interacionismo simbólico:

A primeira é que o ser humano orienta seus atos em direção às coisas em função do que estas significam para ele. A segunda é que o significado dessas coisas surge como consequência da interação social que cada qual mantém com seu próximo. A terceira é que os significados surgem e se modificam mediante um processo interpretativo desenvolvido pela pessoa ao defrontar-se com as coisas que vai encontrando em seu caminho (BLUMER, 1969, p. 2).

Diferentemente da vertente psicológica da psicologia social, que centra sua atenção no processo cognitivo, os interacionistas consideram que o significado é produzido a partir do processo de interação humana (MEAD, 1962; BLUMER, 1969). Para Mead (1962)³, expoente da versão tradicional do interacionismo (STRYKER, 1980), a interação entre indivíduos na sociedade faz com que a mente humana e o *self* (autoconceito de si) emergja e seja moldado pela interação social com outras pessoas. O *self* permite que o indivíduo interaja socialmente consigo da mesma forma que interage socialmente com outras pessoas, o que habilita nos seres humanos a capacidade de antecipar-se às respostas dos outros envolvidos em interação social (*role-taking*) a fim de resolver problemas rotineiros por meio da manipulação de símbolos significantes (quando algo possui significado comum) (MEAD, 1962).

Com base no processo de significação, Blumer (1969), discípulo de Mead e principal autor da versão contemporânea do interacionismo (STRYKER, 1980), apresenta a visão de homem, defendida por todas as vertentes interacionistas simbólicas, que é a de um ser agente. O ser humano é visto como um organismo que se empenha na interação social consigo mesmo, por meio da auto interação, e com os outros, por meio da interação social, a fim de elaborar uma linha de ação de acordo com os elementos com os quais o agente interpreta, ao invés de simplesmente emitir uma resposta automática (BLUMER, 1969). Ao fazer isso, o agente tem a capacidade de significar e ressignificar (BLUMER, 1969), fazendo com que um significado possa inclusive ser abandonado. Importante ressaltar que ao centrar-se nos processos de significação e interação social, Blumer (1969) assume uma posição microsociológica no interacionismo simbólico.

Importante destacar que para além das importantes contribuições que Mead (1962) e Blumer (1969) deram ao interacionismo simbólico, outros pesquisadores da Escola de Chicago já realizavam estudos com foco na interação social e no significado, como William I. Thomas e seu colaborador Florian Znaniecki. Ambos apresentaram, na segunda década do século XX, o conceito de valor social que serviu de fundamento para o desenvolvimento de nossa proposta.

2.1 Os valores sociais

Thomas e Znaniecki (1918-1920), autores da obra intitulada *The Polish peasant in Europe and America*, considerada um marco na psicologia social (BULMER, 1984; ÁLVARO; GARRIDO, 2017), no capítulo de abertura, chamado “Nota Metodológica”, apresentam o conceito de valor social, definido como “qualquer dado que tenha um conteúdo empírico acessível para os membros de um grupo social, e um significado com respeito ao que seja ou possa ser um objeto de atividade” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 110).

Com o intuito de tornar o conceito de valor social mais claro, Thomas e Znaniecki (2006) exemplificam que

[...] um alimento, um instrumento, uma moeda, uma poesia, uma universidade, um mito e uma teoria científica são todos valores. Todos e cada um tem um conteúdo, sensorial nos casos do alimento, do instrumento e da moeda; parcialmente sensorial e parcialmente imaginário no caso da poesia – cujo conteúdo está formado não só pelas palavras escritas e faladas, mas também pelas imagens que evocam – e no caso da universidade, cujo conteúdo é todo o complexo de homens, edifícios, acessórios materiais e imagens que representam sua atividade; ou, por fim pode estar formado exclusivamente de imagens, como no caso de uma personalidade mítica ou uma teoria científica (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 110).

Com base nos exemplos, um valor social pode assumir a forma de algo concreto ou remeter-se a algo de natureza abstrata, pois “até mesmo uma “ideia” (...) pode ser comunicada a outros” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 116). Para Thomas e Znaniecki (2006), os significados desses valores se tornam expressos quando podem ser referenciados às suas funções ou finalidades. O significado

[...] do alimento é sua referência ao seu consumo final; o de um instrumento, sua referência ao trabalho para o qual foi projetado; o de uma moeda, às possibilidades de compra e venda ou os prazeres de gastos que envolve; o da poesia, às reações sentimentais e intelectuais que ela desperta; o da universidade, às atividades sociais que realiza; o da personalidade mítica, ao culto de que é o objeto (...); o da teoria científica, às possibilidades de controle da experiência por ideia ou ação que ela permite (THOMAS; ZNANIECKI, 2006 p. 111).

O valor social é assim oposto ao valor natural, “que tem um conteúdo, mas, como uma parte da natureza, não tem significado para a atividade humana, é tratado como “sem valor”; somente quando o natural assume um significado, torna-se um valor social” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 111). Devido às coisas possuírem funções ou finalidades, passam a ter significado. Se o grupo social não reconhecer ou atribuir uma função a algo (abstrato ou material), esse dado empírico (THOMAS; ZNANIECKI, 2006) não se torna valor, por sua vez se algo não for reconhecido como valor social, os membros do grupo não procederão atividades ou ações em direção a esse algo (THOMAS; ZNANIECKI, 2006).

Apesar do valor social ser fruto de interação social, Thomas e Znaniecki (2006) assinalam que “[...] quando um valor social atua sobre os membros individuais do grupo, produz um efeito mais ou menos diferente em cada um deles; inclusive, quando atua sobre o mesmo indivíduo em diferentes momentos, não o influencia de uma maneira uniforme” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 126). Os membros de um determinado grupo podem reagir de uma maneira idêntica a determinados valores por terem sido ensinados a reagir assim, devido à existência de regras sociais, mas uma mesma ação “em diferentes condições sociais produz resultados bastante diferentes” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 129). Isso porque os resultados de uma atividade individual não dependem apenas da ação em si, mas também das

condições sociais em que a ação é realizada. Com isso os autores acabam evidenciando a existência de estruturas reguladoras na vida em sociedade, como no caso das instituições analisadas por eles (e.g.: famílias, imprensa e instituições de ensino) e que os valores sociais estão circunscritos a uma dinâmica que considera níveis micro e macrosociais, ou seja, entre indivíduo-indivíduo e indivíduos-sociedade (THOMAS; ZNANIECKI, 2006).

Todavia, outros autores interacionistas, mais recentemente, discutem de forma contundente o debate micro-macro. Nesse sentido, um conceito de valor social contemporâneo pode ser complementado à luz do Interacionismo Simbólico Estrutural, vertente esta amplamente impulsionada por Sheldon Stryker.

2.2 A contribuição da versão estrutural ao interacionismo simbólico

Stryker (1980) forneceu grande contribuição ao ser um crítico dentro da perspectiva interacionista, sobretudo à visão microssociológica de Blumer, ao sistematizar as diferentes vertentes presentes no movimento e ao propor sua própria versão de interacionismo simbólico, denominada de versão estrutural. Esse autor, ao longo de sua trajetória de pesquisa, destaca o papel das estruturas sociais no processo de interação entre as pessoas e no estabelecimento de papéis, e por consequência na formação de identidades, mas sem desprezar a agência humana (STRYKER, 1959, 1968, 1980, 1987, 2008).

Para Stryker (2008), a sociedade organizada existe antes do aparecimento de todos os novos membros. Portanto, as instituições sociais antecedem a interação direta entre os indivíduos e a força dessas estruturas se faz presente na regulação dessa interação. A versão estrutural toma como ponto de partida as “estruturas sociais (...) como interações e relações padronizadas, enfatizando a durabilidade de tais padrões, a resistência à mudança e a capacidade de se reproduzir” (STRYKER, 2008, p. 19).

A sociedade é vista pelo autor como composta de sistemas organizados de interações e relações de papéis, ou ainda “como mosaicos complexos de grupos, comunidades e instituições diferenciados, atravessados por uma variedade de demarcações baseadas em classe, idade, gênero, etnia, religião etc.” (STRYKER, 2008, p. 19). Stryker (2008) considera, porém, que a vida social ocorre, em grande parte, não dentro da sociedade como um todo, mas em redes mais restritas, muitas vezes locais. As pessoas vivem

[...]suas vidas em redes relativamente pequenas e especializadas de relações sociais através de papéis que apoiam sua participação em tais redes. Essas pequenas redes estão aninhadas dentro de uma hierarquia de estruturas sociais em que grandes estruturas sociais fornecem limites que afetam a probabilidade de que os indivíduos entrem em estruturas sociais menores (MEROLLA et al., 2012, p. 151).

As estruturas que compõem essa hierarquia são de três tipos: i) grandes estruturas sociais; ii) estruturas sociais intermediárias; e iii) estruturas sociais próximas. As primeiras dizem respeito à macro orientação social, ou categorias, como raça, classe, gênero ou nação. Essas estruturas são relativamente estáveis (ao longo do tempo), influenciam comportamentos interpessoais e servem como fronteiras sociais, tendo consequências importantes e diretas na vida individual (MEROLLA et al., 2012). Pois, além de servir como limites para demarcar os conjuntos em que as pessoas se inserem, impactam nas condições de desenvolvimento de suas identidades (STRYKER, 1959, 1968; MEROLLA et al., 2012; BRENNER; SERPE; STRYKER, 2014).

Estruturas sociais intermediárias, por sua vez, são conjuntos consideráveis de pessoas em contextos particulares e delimitadores (por exemplo, vizinhanças, escolas, associações).

Esse tipo de estrutura é considerado importante, pois os limites sociais por elas impostos aumentam ou diminuem a probabilidade de formação de relações sociais. Assim, “estruturas intermediárias, como as grandes estruturas sociais, servem como importantes limites na determinação de quais indivíduos têm mais ou menos acesso a quais estruturas sociais próximas” (MEROLLA et al., 2012, p. 152).

Já as estruturas sociais próximas são redes menores ou grupos mais próximos às pessoas, como famílias, equipes, departamentos dentro de estruturas corporativas ou educacionais maiores. Esse tipo de estrutura representa os contextos nos quais as pessoas geralmente desenvolvem suas identidades (STRYKER et al. 2005; SERPE; STRYKER 2011). Na perspectiva estrutural, os termos grupo e rede social próxima são tomados como sinônimos e qualificados como “pequenos e envolvem relacionamentos interpessoais, ao invés de relacionamentos de organizações, instituições, sociedades totais e assim por diante” (MEROLLA et al., 2012, p. 150).

Com as contribuições destacadas até aqui pelas três versões do interacionismo simbólico, a seguir propomos uma nova conceituação para valor social a partir da articulação das ideias presentes nessas versões.

3. O VALOR SOCIAL À LUZ DAS VERSÕES TRADICIONAL, CONTEMPORÂNEA E ESTRUTURAL DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO

Thomas e Znaniecki (2006) já afirmavam que as regras de conduta constituem “sistemas mais ou menos conectados e harmoniosos que se pode denominar em geral de instituições sociais, e a totalidade de instituições encontradas em um grupo social concreto constituem a organização social desse grupo” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 121), destacando que para além da interação direta entre os indivíduos, existem relações sociais entre membros que são mais padronizadas e instituídas dentro de um grupo, revelando o poder de estruturas sociais ao qual Merolla et al. (2012) e Brenner, Serpe e Stryker (2014) mais recentemente classificaram em grandes estruturas sociais, estruturas sociais intermediárias e estruturas sociais próximas.

Assim, classe e etnia, por exemplo, (consideradas grandes estruturas) podem restringir o acesso a determinados espaços sociais, como as universidades (consideradas estruturas intermediárias) que podem abranger a sustentabilidade como um tema nas grades curriculares de seus cursos; por sua vez, uma universidade, enquanto uma estrutura intermediária, torna mais ou menos provável que os estudantes entrem em relações e interações sociais (estruturas próximas) que podem levá-los, por exemplo, a buscar ou não a possibilidade de ingressar em determinados grupos de pesquisas ou turmas de mestrado e doutorado que podem ter a sustentabilidade como objeto de estudos e práticas privilegiados.

No interacionismo simbólico está clara a importância que as estruturas sociais têm na regulação das relações sociais e na ação individual. Para os interacionistas estruturais a vida social é construída, aberta à reconstrução e à mudança social, todavia delimitada por “características objetivas do mundo vivido, construções anteriores, pressões baseadas em normas (...) e hábitos” (SERPE; STRYKER, 2011, p. 232). Nesse sentido, muitas interações entre as pessoas apenas reproduzem estruturas existentes, assim a ação humana nem sempre resulta necessariamente em mudança de situações ou configurações estruturais (SERPE; STRYKER, 2011).

Ao identificarem a existência de três tipos de estruturas sociais (grandes estruturas, intermediárias e próximas), Merolla et al. (2012) apontam para uma relação macro-micro que fornece o contexto social em que ocorre a agência humana. O grupo social presente na definição de valor social de Thomas e Znaniecki (2006) pode ser compreendido como uma estrutura social próxima, pois são “redes (...) pequenas e envolvem relacionamentos interpessoais”

(MEROLLA, et al., 2012, p. 150), que atribuem significados às coisas. Todas as coisas, concretas e abstratas que possuem significado para um determinado grupo são consideradas valor social (THOMAS; ZNANIECKI, 2006). Por sua vez, os membros de um grupo social, ou estrutura próxima, agem em face daquilo que reconhecem como valor (THOMAS; ZNANIECKI, 2006).

Como um mesmo valor social produz diferentes efeitos sobre os membros do grupo (THOMAS; ZNANIECKI, 2006), as pessoas podem agir de formas diferentes em relação a um mesmo valor, inclusive de forma contrária. Ao interpretarem suas ações e as de outros membros são capazes de ressignificar (BLUMER, 1969) os valores sociais ao longo do tempo.

Devido à hierarquia de estruturas sociais colocadas por Merolla et al. (2012) e Brenner, Serpe e Stryker (2014), os significados surgem por meio da interação entre os membros de um grupo social menor, mas têm o potencial de se tornarem cada vez mais objetificados e atingir níveis ou estruturas sociais maiores. Enquanto estruturas sociais próximas, os grupos sociais têm poder de influenciar e alterar estruturas sociais superiores, pois a vida social é construída, aberta à reconstrução e à mudança social e, ainda que delimitada por características objetivas (SERPE; STRYKER, 2011), a ação humana é “a causa de uma mudança social” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 129). Assim, os membros de um grupo social não apenas reagem aos fatores pré-determinados de estruturas hierarquicamente superiores que os circundam e os reproduzem, mas podem ser agentes protagonistas de suas próprias ações.

Com base no exposto e discutido até aqui, chegamos à definição conceitual para **valor social** entendido como “qualquer dado com conteúdo empírico acessível (THOMAS; ZNANIECKI, 2006), significado atribuído (MEAD, 1967; BLUMER, 1969; THOMAS; ZNANIECKI, 2006) e passível de atividade (THOMAS; ZNANIECKI, 2006) por agentes situados em estruturas sociais próximas permeadas por estruturas sociais intermediárias e grandes (MEROLLA et al., 2012; BRENNER; SERPE; STRYKER, 2014)”.

4. SUSTENTABILIDADE COMO VALOR SOCIAL

Um valor social é algo significado por pessoas e por elas modificado, tanto em função das interações sociais que vivenciam nas redes de relações próximas das quais fazem parte, quanto pela interação com agentes sociais (KING; FELIN; WHETTEN, 2009) que representam estruturas sociais mais complexas.

No caso da sustentabilidade, podemos tecer algumas considerações na defesa desse conceito como valor social em termos do conteúdo empírico e dos grupos sociais que o significam e agem em relação a ele. O conteúdo empírico da sustentabilidade, que é acessível aos membros de um grupo social, é a ideia ou o conceito que o termo evoca. Por ser um conceito, a sustentabilidade tem um caráter evidentemente abstrato, mas apresenta significados que podem ser compartilhados, pois “até mesmo uma “ideia” (...) pode ser comunicada a outros” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 116) e se tornar objeto de ação.

Pelo que foi exposto anteriormente, o que hoje chamamos de sustentabilidade já era uma ideia presente no contexto de exploração florestal da Europa dos séculos XVIII e XIX e expressava a necessidade de preservação dos recursos naturais para a continuidade da espécie humana no presente e no futuro. Essa preocupação se intensificou ao longo do tempo, muito em face dos efeitos do sistema capitalista e da prerrogativa de progresso econômico, culminando no surgimento de um termo específico (*sustainability*), bem como no conceito de desenvolvimento sustentável que está fortemente imbricado com a ideia de sustentabilidade desde o final do século XX.

Na seção introdutória deste artigo mencionamos a existência de diversos agentes sociais conectados à história do desenvolvimento do conceito de sustentabilidade, os quais podemos reconhecer como estruturas sociais intermediárias ou estruturas sociais próximas (MEROLLA et al., 2012). Como exemplos das primeiras, podemos citar a ONU e os programas ligados a ela como o PNUD e o PNUMA, os governos signatários de pactos globais das conferências promovidas pela ONU (Conferência de Estocolmo, Rio-92, Rio+10 e Rio+20), ONGs internacionais de proteção ambiental como Greenpeace e WWF, e a *Global Report Initiative* (GRI, s.a), uma importante referência em sustentabilidade para o mundo empresarial.

Como estruturas sociais próximas destacamos o Clube de Roma, que envolveu empresários e cientistas no final dos anos 1960 na divulgação do relatório Limites do Crescimento, a Comissão Brundtland, ou Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMED) - grupo apoiado pela ONU que criou o conceito de Desenvolvimento Sustentável e emitiu o Relatório Brundtland -, e organizações descentralizadas e localizadas agindo em coletivos menores, como os ativistas e ciberativistas. Importante observar o caso da CMED como um grupo social que, hierarquicamente “alojado” em uma estrutura social maior (a ONU), criou um conceito, o desenvolvimento sustentável, que posteriormente foi sendo legitimado em instâncias superiores e adotado mundialmente por diversas organizações e grupos.

São os grupos sociais que, em função da associação de seus membros devido a interesses comuns relativamente a diversos objetos, especificam a cada um deles funções sociais e, a partir disso, agem em relação a eles, o que os tornam valores sociais. No caso da sustentabilidade consideramos que é possível proceder ações favoráveis ou contrárias a ela. Indicando uma ação favorável à sustentabilidade temos, por exemplo, a ONU, que desde o final da década de 1980 dissemina-a pelo conceito de desenvolvimento sustentável por meio de conferências internacionais e acordos políticos em nível global.

Apesar de reconhecer a existência da sustentabilidade, identificamos acadêmicos que, com uma posição crítica (ex.: BANERJEE, 2003, 2008; VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012; MARTÍNEZ-ALIER et. al, 2014), se opõem ao conceito de desenvolvimento sustentável. Podemos associar tais estudiosos às estruturas próximas uma vez que podem formar grupos, como sociedades científicas, extrapolando as estruturas sociais intermediárias às quais pertencem originalmente.

Temos ainda na atualidade exemplos de representantes políticos de nações, como Trump e Bolsonaro, que caminham na contramão dos esforços políticos com a agenda climática e acordos realizados até aqui, pois ambos mostram que as questões ambientais não são prioridades na agenda desses governos (AHRENS, 2017; “APÓS DESISTÊNCIA DO BRASIL, CHILE VAI SEDIAR COP-25”, 2018). Em nossa visão tal posicionamento caracteriza uma oposição ao próprio conceito de sustentabilidade que no limite, poderá deixar de existir como valor social em determinadas estruturas próximas, ao serem atravessadas por estruturas nacionais.

Portanto, em nosso entendimento, o conceito de sustentabilidade perpassa todos os níveis das estruturas sociais, mostrando-se como um fenômeno social complexo e multifacetado, uma vez que é possível identificar indivíduos que agem sozinhos, aderindo a um abaixo-assinado em defesa de alguma causa relacionada à sustentabilidade; grupos ativistas independentes, ou situados dentro de ONGs como WWF e Greenpeace que, por sua vez, enquanto estruturas intermediárias, possuem campanhas globais de proteção à fauna e flora; e órgãos multilaterais como a ONU, que tem protagonizado a organização das conferências internacionais sobre desenvolvimento sustentável de maior visibilidade no mundo.

Enquanto um valor social, a sustentabilidade pode ser significada, ressignificada e mesmo abandonada, afinal um significado surge e se modifica mediante processo interpretativo e pode ser transformado (BLUMER, 1969). A perda do poder de algumas vozes que conferem

legitimidade à sustentabilidade contribui para isso. Conforme visto anteriormente, o papel da ONU como instituição legitimadora da sustentabilidade é inegável (GUTERRES, 2019). Apesar disso, há sinais de que essa organização tem perdido poder institucional, como no caso da falta de apoio de importantes chefes de estados em relação à agenda climática (MCGRATH, 2017; WATTS, 2018; “US RETREAT ON CLIMATE POLICY IS UNWELCOME STEP”, 2019), ou mesmo pela perda de confiança no sistema da ONU para resolver conflitos diplomáticos e armamentistas (SALEH, 2019). Com uma contínua perda de poder por parte da ONU, a longo prazo, a sustentabilidade como um valor legitimado pode ser posta em xeque em mais de um nível e por/em várias estruturas sociais. Por outro lado, essa perda de evidência de estruturas intermediárias poderá dar mais visibilidade à ação de outras estruturas menores, como os grupos ativistas por todo o mundo, a exemplo do movimento *Fridays for Future* promovido por Greta Thunberg (“GRETA THUNBERG NOMINATED FOR NOBEL PEACE PRIZE FOR CLIMATE ACTIVISM”, 2019; HOOK; MALLET; MERSINOGLU, 2019). Esse processo de construção e desconstrução da sustentabilidade enquanto valor social, no entanto, é “conversa” para outra publicação de foco teórico-empírico.

NOTAS

¹ Tradução de sustentável: “1. Capaz de ser suportado ou tolerado; suportável. 2. Capaz de ser sustentado ou defendido. 3. Capaz de ser mantido a uma determinada taxa ou nível”.

² A obra *The Polish Peasant in Europe and America*, em que consta a definição de valor social, foi originalmente publicada entre 1918 e 1920.

³ Trabalho originalmente publicado em 1934.

REFERÊNCIAS

ADLER, A. The value concept in sociology. **American Journal of Sociology**, 62, 272–279, 1956.

AHRENS, J. M. Donald Trump enterra esforço global para deter mudança climática. **EL PAÍS**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/01/internacional/1496334641_201201.html>. Acesso em: 06 mar. 2019.

ÁLVARO, José Luis; GARRIDO, Alicia. **Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. Tradução Miguel Cabrera Fernandes. Revisão técnica: Ana Raquel Rosas Torres. – Porto Alegre: AMGH, 2017.

APÓS DESISTÊNCIA DO BRASIL, CHILE VAI SEDIAR COP-25. **Terra**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/apos-desistencia-do-brasil-chile-vai-sediar-cop-25,27d1678731178f088ba683bf811849a2s3kk62jp.html>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BANERJEE, S. B. Who sustains whose development? Sustainable development and the reinvention of nature. **Organization studies**, v. 24, n. 1, p. 143-180, 2003.

BANERJEE, S. B. Necrocapitalism. **Organization Studies**, v. 29, n. 12, p. 1.541- 1.563, 2008.

BLUMER, H. **Symbolic interactionism**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1969.

BRANDALISE, V. H. What fires in the Amazon have to do with the economy and why the Dilma and Bolsonaro eras are out of the question. **BBC Brazil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49683787>. Acesso em: 06 mar. 2019

BRENNER, Philip S.; SERPE, Richard T.; STRYKER Sheldon. The causal ordering of prominence and salience in identity theory: an empirical examination. **Social Psychology Quarterly** 2014, Vol. 77(3) 231–252.

BULMER, Martin. **The Chicago school of sociology**: Institutionalization, diversity, and the rise of sociological research. Chicago, USA: University of Chicago Press, 1984.

CALIXTO, Pilar Saura; PRADOS, María Ángeles Hernández. La evolución del concepto de sostenibilidad y su incidencia en la educación ambiental. **Teoría de la Educación**, v. 20, 2008.

DU PISANI, J. A. **Sustainable development** – historical roots of the concept. *Environmental Sciences*. June 2006; 3(2): 83 – 96.

FERREIRA, A.B.H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. – 5. ed. – Curitiba: Positivo, 2010.

FINE, G. **O triste espólio, o misterioso desaparecimento e o glorioso triunfo do interacionismo simbólico**. **RAE-Clássicos**, vol. 45, nº4, p. 87-105, 2005 (Trabalho original publicado em 1993).

GREENPEACE BRASIL. **E agora, José? O Brasil em tempos de mudanças climáticas**. Disponível em: https://storage.googleapis.com/planet4-brasil-stateless/2016/11/Relatorio_EAgoraJose_completo.pdf. Acesso em: 13 jan. 2019.

GRETA THUNBERG NOMINATED FOR NOBEL PEACE PRIZE FOR CLIMATE ACTIVISM. **BBC News**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-47568227>. Acesso em: 06 mar. 2019.

GRI. **Global Reporting Initiative**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>. Acesso em: 30 out. 2018.

GUTERRES, A. Progress toward sustainable development is seriously off-track. **Financial Times**. Disponível em: <https://www.ft.com/content/0c0eadc6-f739-11e9-bbe1-4db3476c5ff0>. Acesso em: 06 mar. 2019.

HOOK, L.; MALLET, V.; MERSINOGLU, Y. C. Greta Thunberg’s influence grows as young activist heads for US. **Finacial Times**. Disponível em: <https://www.ft.com/content/c1fc37b4-bce4-11e9-89e2-41e555e96722>. Acesso em: 06 mar. 2019.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Sales. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IPCC. (2007). *Climate Change 2007: Synthesis Report*. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change

[Core Writing Team, Pachauri, R.K and Reisinger, A. (eds.)]. **IPCC**, Geneva, Switzerland, 104 pp.

IPCC. (2014). Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. **IPCC**, Geneva, Switzerland, 151 pp.

KING, Brayden G.; FELIN, Teppo; WHETTEN, David A. Finding the organization in organizational theory: a meta-theory of the organization as a social actor. **Perspectiva Organization Science**, Articles in Advance, pp. 1–16, 2009.

KLUCKHOHN, C.K.M. Values and value orientation in the theory of action. In: PARSONS, T.; SHLDS, E.(eds). **Toward a general theory of action**. Cambridge, MA, Harvard University Press, p.388-433, 1951.

LEFF, E. Political Ecology: a Latin American Perspective. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 29-64, 2015.

MARTÍNEZ-ALIER, J. et al. Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by environmental justice organizations. **Journal of Political Ecology**, v. 21, 2014.

MCGRATH, M. Five global effects of the US withdrawal from the Paris Agreement. **BBC News Brazil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40114352>. Acesso em: 06 mar. 2019

MEAD, G. H. **Mind, self and society**: from the standpoint of a social behaviorism. Chicago: The University of Chicago Press, 1962 (Trabalho original publicado em 1934).

MEROLLA, D. M; SERPE, R.T; STRYKER, S; SCHULTZ, P. W. Structural precursors to identity processes: the role of proximate social structures. **Social Psychology Quarterly** 75(2) 149–172, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Coordenação da Amazônia, Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise. **Monitoramento e avaliação de projetos: métodos e experiências**. Brasília: MMA, 2006. (Série Monitoramento & Avaliação).

PIGA, Talita Ravagnã; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sustentabilidade ambiental e história: uma análise crítica. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 10, p. 174-195, 2015.

ROHAN, M. J. A rose by any name? The values construct. **Personality and Social Psychology Review**, v.4, n.3, 2000.

ROKEACH, M. **The nature of human values**. New York: Free Press, 1973.

ROKEACH, M. **Value survey**. Sunnyvale, CA, Halgren Tests (873 Persimmon Avenue, 94087), 1967.

ROS, M. Psicologia social de los valores: una perspectiva historica. In: ROS, Maria; GOUVEIA, Valdiney V. **Psicologia social de los valores humanos: desarrollos teoricos**,

metodologicos y aplicados. Madrid: Biblioteca Nueva, p.27-51, 2001.

SALEH, H. UN special envoy warns over armed incursions into Libyan capital. **Financial Times**. Disponível em: <https://www.ft.com/content/879f2a54-144b-11ea-8d73-6303645ac406>. Acesso em: 06 mar. 2019.

SARTORI, Simone; SILVA, Fernanda Latrônico da; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Sustainability and sustainable development: a taxonomy in the field of literature. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 1 n p. 1-20 n jan.-mar. 2014.

SCHWARTZ, S.H. Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. **Advances in Experimental Social Psychology**, v.25, p.1-65, 1992.

SCHWARTZ, S.H. Are there universal aspects in the structure and contents of human values? **Journal of Social Issues**, v. 50, p.19-45, 1994.

SCHWARTZ, S.H. Valores humanos basicos: seu contexto e estrutura intercultural. In: TAMAYO, A.; PORTO, J.B. (orgs). **Valores e comportamento nas organizacoes**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 21-55, 2005.

SCHWARTZ, S.H. et al. Refining the theory of basic individual values. **Journal of personality and social psychology**, v. 103, n. 4, p. 663, 2012.

SERPE, R.T.; STRYKER, S. **The symbolic interactionist perspective and identity theory**. In: London: Springer, pp. 225–248, 2011.

SHRIVASTAVA, P. Castrated environment: greening organizational studies. **Organization Studies**, v. 15, n. 5, p. 705-726,1994.

SILVERWOOD-COPE, K. O.; VILLARROEL, L. C. L.; SERKEIS, A. P. M.; KAMBER, A. **Mudanças climáticas**. Brasília: MMA, 2011.

SIMPSON, J. A; WEINER, E. S. C. **The Oxford English Dictionary** (2nd. ed.). Oxford: Claredon Press, 1989.

STRYKER, S. Developments in two social psychologies: Toward an appreciation of mutual relevance. **Sociometry** 40, 1977. 145-160.

STRYKER, S. From Mead to a structural symbolic interactionism and beyond. **Annual Review of Sociology**, v. 34, p. 15-31, 2008.

STRYKER, S. Identity salience and role performance: The relevance of symbolic interaction theory for family research. **Journal of Marriage and the Family**, p. 558-564, 1968.

STRYKER, S. **Symbolic interacionism**. A social structural version. Caldwell, USA: The Blackburn Press, 1980.

STRYKER, S. Symbolic interaction as an approach to family research. **Marriage and Family Living**, v. 21, n. 2, p. 111-119, 1959.

STRYKER, S. The vitalization of symbolic interactionism. **Social Psychology Quarterly**, Vol. 50, No. 1., pp. 83-94, 1987.

THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F. **El campesino polaco en Europa y en América**. Madrid: Boletín Oficial del Estado: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006 (Trabalho original publicado entre 1918 e 1920).

TORREGROSA, R. J. Social psychology: social or sociological? In: **The social psychology of group identity and social conflict**. Washington: American Psychological Association, Eagly, Boron y Hamilton (eds), 2006.

US RETREAT ON CLIMATE POLICY IS UNWELCOME STEP. **Financial Times**. Disponível em: <https://www.ft.com/content/fbed0df0-ffbe-11e9-b7bc-f3fa4e77dd47>. Acesso em: 06 mar. 2019.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2012.

WATTS, J. Brazil reneges on hosting UN climate talks under Bolsonaro presidency. **The Guardian**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/28/brazil-reneges-on-hosting-un-climate-talks-under-bolsonaro-presidency>. Acesso em: 06 mar. 2019.

WCED. **World Comission on Environment and Development. Our Commom Future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

WWF BRASIL. 2018. **Relatório Planeta Vivo - 2018**: Uma ambição maior. Grooten, M. and Almond, R.E.A. (Eds). WWF, Gland, Suíça.